

	TRANSPORTE E ESCOLTA DE DETENTO	PROCESSO: 1.01	
		PADRÃO: 1.01.07	
		ESTABELECIDO 29/08/2019	EM:
NOME DO PROCEDIMENTO: ESCOLTA DE DETENTO EM VELÓRIO. RESPONSÁVEL: COMANDANTE DE EQUIPE		REVISADO EM:	
ATIVIDADES CRÍTICAS			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Verificação do local onde está ocorrendo o velório; 2. Desocupação do local onde está ocorrendo o velório, para que o detento possa prestar suas homenagens; 3. Controle da aproximação de familiares, amigos e outros ao detento. 			
SEQÜÊNCIA DE AÇÕES			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Conferir autorização judicial para o comparecimento do detento ao velório, ou autorização da gerência da unidade prisional pertinente; 2. As escoltas destinadas a velórios de presos de alta periculosidade deverão contar com um número maior de policiais militares, que as escoltas normais, no mínimo 04 (quatro) por preso; 3. Estacionar a viatura em condições de sair a qualquer momento, caso haja alguma emergência; 4. O comandante da escolta deverá fazer contato com os familiares, explicando a necessidade de se desocupar o ambiente do velório; 5. Antes do desembarque do detento, o local onde se encontra o féretro (caixão), deverá ser totalmente desocupado; 6. Levar sempre em consideração o número de pessoas no local, observando atitudes suspeitas, que efetivamente coloque em risco a segurança da escolta; 7. Sempre deverá ser efetuada uma busca minuciosa, no ambiente onde se encontra o féretro (caixão); 8. Desembarcar o detento algemado, em hipótese alguma desalgemar o detento durante sua permanência no local do velório; 9. Nunca permitir que o detento venha a debruçar sobre o féretro (caixão); 10. Ter em conta que o risco de resgate do detento é extremamente alto, pois todos saberão que ele estará no local; 			

11. O comandante da escolta diante de situações suspeitas, de alto risco, plenamente justificáveis, não desembarcará o detento, cancelando a escolta para o retorno ao estabelecimento prisional;
12. Não será permitido fornecer bebida ou alimentação, com exceção de água, ao detento e a equipe da escolta durante o velório;
13. Todos os níveis de segurança deverão ser mantidos no retorno do detento ao estabelecimento prisional.

RESULTADOS ESPERADOS

1. Que o detento seja conduzido ao local e data especificada no ofício de requisição de escolta e devolvido ao estabelecimento prisional em segurança;
2. Que sejam mantidas as condições de segurança para que a escolta esteja pronta para agir em caso de necessidade;
3. Que a permanência da escolta no velório respeite o procedimento integralmente e logo após retorne ao estabelecimento penal;
4. Que não haja tumulto durante a permanência do detento no velório;
5. Que no mínimo sinal de risco à escolta, o nível de segurança e vigilância, sejam aumentadas.

AÇÕES CORRETIVAS

1. Caso o local do velório não esteja desocupado, providenciar para que seja antes do desembarque do detento;
2. Reafirmar aos familiares tal necessidade de desocupação, caso não tenha sido realizada;
3. Verificar toda situação que seja alvo de suspeita;
4. Caso o tempo de permanência tenha sido ultrapassado, providenciar imediatamente o retorno do detento à viatura;
5. Caso haja aproximação de pessoas ao detento, afastá-las educadamente e energicamente.

POSSIBILIDADE DE ERRO

1. Não observar a documentação de autorização para a saída do detento para o velório;
2. O detento não estar vestido com o uniforme de seu estabelecimento penal (quando existir);
3. Não posicionar a viatura corretamente;
4. Não providenciar a desocupação do ambiente onde o velório estiver ocorrendo para

<p>que o detento se faça presente;</p> <p>5. Deixar de verificar as condições de segurança do local;</p> <p>6. Deixar pessoas se aproximarem do detento;</p> <p>7. Não manter o detento algemado durante sua presença no velório;</p> <p>8. Exceder o tempo de permanência no velório;</p> <p>9. Não retornar imediatamente ao estabelecimento penal em caso de suspeita ou dúvidas quanto à segurança no local.</p>	
REFERÊNCIAS, DOUTRINAS E LEGISLAÇÕES	
<p>Normas Gerais de Ação em Escoltas (Manual Básico de Escolta/PMMS).</p> <p>Art. 178, lei 8.069/90 (ECA).</p> <p>Art. 232, lei 8.069/90 (ECA).</p> <p>Estatuto da PMMS.</p> <p>Regulamento Disciplinar da PMMS.</p> <p>Lei nº. 9.455/97 (Crimes de tortura).</p> <p>Lei nº. 4.898/65 (Abuso de Autoridade); art. 3º, alínea “i” e art. 4º, alínea “b”.</p> <p>Art. 5º, III, C.F./88; art. 5º, XLIX, C.F./88 e art. 38, CPB.</p>	
ELABORADO POR:	APROVADO:
<p>BLO LUIZ GALIARDI SOARES - CAP QOPM</p> <p>PAULO SÉRGIO SCHENEIDER - CAP QOPM</p> <p>LEONARDO LUIS MENSE RODRIGUES - 2º TEN QOPM</p> <p>NEI LUIZ DE ARAÚJO PEREIRA - 2º TEN QOAPM</p>	<hr/> <p>Waldir Ribeiro Acosta – Cel QOPM Comandante-Geral da PMMS Mat. 38837021</p>
REVISÃO REALIZADA POR:	APROVADO:
RELAÇÃO DAS PÁGINAS E TÓPICOS ALTERADOS	DIFUSÃO:
	PUBLICO INTERNO
ESCLARECIMENTOS	